



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO  
ESCOLAR**

**TEREZINHA MARIA FERREIRA**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Belo Horizonte  
2011**

**TEREZINHA MARIA FERREIRA**

## **RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Maria Angélica Araújo Ribeiro

**Belo Horizonte  
2011**

## **RELAÇÕES DE TRABALHO E GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Prof<sup>a</sup> Maria Angélica Araújo Ribeiro (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

**Belo Horizonte  
2011**

## **DEDICATORIA**

Dedico esse meu trabalho a meu marido, Francisco, que me entendeu a ausência em alguns momentos, mesmo quando estávamos perto; aos nossos filhos, Cássio e Helena, que me deram motivos para continuar projetando o futuro, construindo no presente; à minha neta Ana Clara, que me mostra todas as boas possibilidades de realizações na pureza da infância.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela paternidade incondicional, a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, pelo amor maternal; aos meus pais, Durvalina e Dionísio, que me deram o direito primeiro de todo cidadão: o da vida; à minha família que ocupou minha vida com sua presença de apoio e conforto; à minha professora e orientadora, Maria Angélica, pela paciência e disponibilidade.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção do Projeto Político Pedagógico da escola Viver e Crescer da cidade de Belo Horizonte em relação às relações de trabalho. Considera-se a importância da atuação do gestor escolar para garantir condições favoráveis a participação democrática de todos os interessados em uma escola de qualidade. A ação do gestor escolar deve zelar pela atuação de todos no interior da escola, garantindo um clima de cooperação e interesse pela solução dos problemas. A escola é uma instituição dinâmica. As dificuldades aparecem constantemente e todos devem estar abertos a analisar as questões colocadas. À frente da equipe, o gestor escolar tem papel fundamental nas discussões e soluções apresentadas oferecendo aos educadores, comunidade e funcionários subsídios suficientes para o embasamento teórico e para a definição de metas e objetivos às questões educacionais da instituição.

**Palavras-chave:** Gestão democrática - Clima escolar – Desafios educacionais – Atores educacionais – Educação de qualidade - Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO .....	8
2- Desenvolvimento .....	9
2.1- O Ambiente escolar escolar .....	9
2-2 – A participação democrática na escola .....	10
2.3- A Valorização profissional .....	12
3- CONCLUSÃO .....	13
4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	14
5- ANEXO .....	16

Projeto Político Pedagógico da Escola Viver.

## 1- INTRODUÇÃO

Na construção do PPP (Projeto Político Pedagógico) de uma escola é necessário que as pessoas envolvidas na sua execução se sintam identificadas e retratadas no documento final construído. Os gestores de a Escola Viver e Crescer sabem da importância da participação e sentimento de pertencimento necessário a um projeto que não deverá ficar guardado. Qualquer empreendimento não funciona se não estiver fundamentado em bases teóricas e em valorização de experiências explicitadas no processo de construção de suas concepções. A definição das funções de uma escola que atenda à sociedade atual passa pela análise de fatores que a definem (a escola). Assim nem só é necessário conhecer as teorias pedagógicas mais recentes e a comunidade que atende, como também, uma variável importante no processo, a maneira como se relacionam os atores escolares para resultados favoráveis e qualidade social na escola.

A avaliação institucional, usada como indicativo de crescimento escolar, não pode estar desconectada “da participação das pessoas que “fazem” a escola todos os dias,

“(…) Pois quando as propostas inovadoras que surgem no cotidiano escolar se esquecem de incluir aquelas pessoas nos processos de tomada de decisão, via de regra, quedam-se fadadas ao insucesso, uma vez que essas pessoas não irão ajudar, responsabilizando-se por encontrar as soluções dos problemas, se elas não puderem participar do processo de gestão escolar que visava resolver esses mesmos problemas.” (DARLING- HAMMOND; ASCHER,1991,p. 7) .

Todo e qualquer problema enfrentado no âmbito da educação escolar, deve contar com a participação de toda a Comunidade. É do gestor escolar a função de organizar as discussões e direcioná-las para práticas no interior das escolas, para a redução das dificuldades encontradas.

A convivência diária entre os sujeitos presentes nas unidades escolares aponta para uma rotina. As pessoas desempenham funções determinadas, horários e atividades planejadas. Tal rotina é pautada – às vezes – por



influências externas à escola e experiências anteriores com metodologias diferentes, que podem não estar na abrangência da consciência de cada um.

Aos gestores cabe a mediação dos conflitos e canalização racional para a potencialização das diversidades inerentes ao convívio educacional. A reflexão das relações aponta para a compreensão sobre cada um, sobre o outro e sobre como a contribuição de cada um define os rumos da organização educacional.

Neste sentido, a reflexão sobre o maior número de fatores que interferem no desempenho de professores deve ser ponto de pauta em reuniões e formações escolares. Essa prática pode propiciar um ambiente de maior segurança para os profissionais da educação. Na verdade, não se trata de uma receita de auto-ajuda e bom relacionamento humano ou manual de instrução.

O objetivo deste trabalho é analisar o PPP pontuando as relações de trabalho na escola e como o gestor pode agir para minimizar os conflitos, mantendo o foco na educação de qualidade social, valorizando o profissional da educação. Uma gestão democrática deve e pode garantir a qualidade nas relações entre tais trabalhadores.

## **2- DESENVOLVIMENTO**

### **2.1-O ambiente escolar**

A gestão de a Escola Viver e Crescer tem como princípio de trabalho o diálogo e a construção coletiva dos fazeres pedagógicos. A idéia de processos democráticos pode se perder em conceitos que a mantêm em níveis de formalidade. A escola, como instituição dinâmica deve trazer a prática democrática para seu interior. O diálogo e a participação devem pautar as estratégias do gestor. Tal prática oferece aos envolvidos na educação terreno firme para a caminhada. Por mais que enfrentem dificuldades, todos podem visualizar saídas possíveis, uma vez que se mantêm informados e participantes da rotina da escola. Segundo Souza (2005),

“ ... precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os

encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.” ( SOUZA, 2005, p.17}

Muitas vezes, pensamos a escola como uma construção física. Ela foi adequada para o atendimento a uma necessidade humana de adequação e intervenção aos tempos e espaços históricos – a educação. No seu interior trabalham profissionais da educação e demais funcionários que possibilitam o cumprimento de seus objetivos. Nesse cenário os diversos segmentos convivem. Cada qual expõe suas crenças e culturas. Não é de se admirar que aí ocorram confrontos. As dificuldades de perceber os pontos de vista dos outros não deve ser desculpa para que não se faça educação de qualidade. Como profissionais da educação, devemos trabalhar para que o conhecimento chegue aos nossos alunos, bem como o Exercício para o posicionamento crítico diante do mundo que nos rodeia.

## **2.2- A participação democrática na escola**

A participação democrática na escola é garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, em seu artigo 14. Ela aponta para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas com a participação de toda a comunidade escolar.

No artigo 14, a LDB estabelece orientação para a participação dos profissionais e da comunidade na gestão democrática nas escolas.

*Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:*

*I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;*

*II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos escolares ou equivalentes. (NISKIER, LDB A Nova Lei da Educação, P35 ,1997)*

A escola com qualidade social requer a participação dos vários grupos que usam seus serviços. A relação com a comunidade dará ao professor condições melhores de trabalho. O professor poderá junto a essa comunidade entender sua cultura, seus desejos e limitações. Não será simples reprodutor do conhecimento. Não será simples portador de práticas pedagógicas que mantenham os indivíduos fora da participação na produção econômica do país.

Segundo Saviani (1991), a teoria pedagógica crítico-reprodutivista erra porque acredita que a educação não tem poder de determinar as relações sociais, ao mesmo tempo em que é por elas determinada. Entretanto, frente aos estudos e questionamentos, tanto de profissionais da educação, quanto da comunidade escolar, tal influência não se realiza com facilidade. Percebendo injustiças sociais graves, a população pede por igualdade.

Já é um grande passo, que toda comunidade escolar busque explicações para as diferenças sociais. E encontre, no cerne das instituições escolares, lugar de discussão e produção de uma educação com qualidade social. Ainda assim, no interior das escolas, as classes exploradas podem encontrar espaço propício para se expressar.

No momento em que a educação passa por profundas mudanças de concepção e práticas, cada profissional deve saber (na medida do possível) que afazeres novos demandam tempo e estudo. E, principalmente, trocas entre os interessados, com objetivo de garantir uma educação de qualidade; no sentido de apontar caminhos que atendam à educação emergente.

Em sua angústia e insegurança ao lidar com as maneiras novas de fazer educação, o professor passa a ter atitudes que transitam da apatia à agressividade ou descrença com a escola. Cabe ao gestor escolar romper com essa lógica de desânimo. Precisa fazer com que cada elemento da comunidade se sinta valorizado e com desejo de fazer melhor. Para Thomas Hobbes (2005):

O conteúdo ou objeto de um pacto é sempre alguma coisa sujeita a deliberação – porque fazer pacto é um ato de vontade, quer dizer, o último ato da deliberação - , portanto sempre se entende ser alguma coisa futura e que é considerada possível de cumprir por aquele que firma o pacto. (HOBBS, 2005, p. 107)

Conhecendo os caminhos teóricos e as pesquisas novas relacionadas à educação, cada professor pode se implicar (pactuar) neste processo com mais segurança e serenidade. O sonho de uma escola melhor só é possível pelos esforços conjuntos dos que não acreditam em predestinação, mas lutam por trilhar caminhos de sucesso e auto-estima.

Miriam Leitão (2010) no último capítulo de seu último livro faz menção à confiança que tem na educação. No texto conta a história de seus pais na luta por estudar e de como ajudaram outras pessoas a ter outra trajetória de vida através da educação. No seu livro cita as palavras do orador do culto, no dia do enterro de seu pai:

“Este homem sonhou. Convém sonhar. ”Essa história sedimentou em mim a confiança na força da educação.”  
(Leitão, 2010, p.502)

### **2.3- A valorização profissional**

A fuga dos profissionais é clara no panorama educacional do país. Isso devido à desvalorização do profissional das escolas. O abandono dos profissionais devido a sua desvalorização é grande no panorama educacional do país. O rebaixamento dos salários levou os trabalhadores a abandonar as escolas em busca de melhores salários. Mas, na maioria dos casos, fez com que os professores duplicasse, ou até triplicassem, sua jornada de trabalho, com prejuízo para a qualidade do trabalho realizado.

A visão deturpada da carreira de professor foi, também, fator para a desqualificação profissional e queda da qualidade da educação. A desvalorização maquiada que, “quando, fingindo enobrecer, desqualifica: professor não é profissão, é vocação, sacerdócio; alijando-se, por inadequado/mesquinho, o direito dos professores às lutas por salários, condições de trabalho etc.” (Ministério da Educação, 2006, p35)

Cabe ressaltar o trabalho dos sindicatos e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, no esforço de unificar os profissionais desta classe, na perspectiva de um trabalho para a participação democrática necessária nas escolas públicas. Sobre a valorização do profissional da educação, diz a LDB:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho. (*NISKIER, LDB A Nova Lei da Educação, p 50 1997*)

Mais uma vez, cabe ao gestor pesquisar e estar sempre informado das possibilidades de formação de seus professores. Possibilitando a valorização dos mesmos, o que implicará em uma escola reconhecida pela qualidade de ensino e inclusão social de fato.

### **3- CONCLUSÃO**

A educação de qualidade social deve interagir com outros segmentos da sociedade para realização de seus objetivos. Além disso, deve contar com a ação efetiva dos gestores nas relações internas, para conseguir o apoio e o empenho de todos que trabalham em seu interior. O clima escolar deve ser tal que favoreça a reflexão sobre a realidade em que estamos inseridos.

Não somos responsáveis, sozinhos, pelo sucesso ou fracasso da escola. Diferentes atores se fazem necessários na dinâmica educacional atual. Como indivíduos, caminhamos para um perfil de sujeito que vive em equipe. Com consciência da força de um grupo coeso que conhece as influências do meio sobre sua realidade. Podemos então interferir nos acontecimentos para realização do grupo a que pertencemos.

Segundo PADILHA (1988),

“estamos interessados em que esses sujeitos (...) possam vivenciar um processo de capacitação para essa participação, mediante (...) a articulação dos diferentes sujeitos escolares em torno dos problemas, dos interesses, das expectativas e das atividades cotidianas da escola.” (PADILHA, 1988, p 67)

Os conflitos no interior das escolas não devem ser usados para disputas de lugares ou prestígio. Eles devem servir para dirigir os olhares de seus atores

para todas as variáveis que interferem nos processos educacionais. E, na ação reflexiva e ativa dos sujeitos, sugerir e operacionalizar caminhos para diminuir os confrontos e as diferenças, fazendo da educação um percurso libertador de inclusão social.

Quem faz transformação deve estar com os pés no chão, atendo “às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador.” (FREIRE, 2.001, p. 54).

A garantia de um mundo melhor reside no sentido da alteridade e da igualdade. Reconhecer o outro, ter consciência do outro. Reconhecer o outro como sujeito de direitos e deveres iguais.

Segundo PARO (2001, p.69):

“À sua condição (do gestor) de responsável último pela escola e de preposto do Estado no que tange ao cumprimento da lei e da ordem na instituição escolar, soma-se agora seu novo papel de líder da escola, legitimado democraticamente pelo voto de seus comandados, que exige dele maior apego aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, em contradição ao poder do Estado.”

Diante disso, o gestor deve ser capaz de administrar os conflitos. Dando a cada membro da comunidade escolar responsabilidades segundo suas características. Sabemos que todos, pais, professores, gestores e poder público, tem interesse numa escola de qualidade.

#### 4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DARLING-HAMMOND, O. L. e ASCHER, C. **Creating Accountability in big city schools**. Urban Diversity Series, Nº102, march, 1991, 07 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 19. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.54 p.

HOBBS, Thomas: **Leviatã**. Ed.Martin Claret, 2005, 107 p.

LEITÃO, M., **Convém Sonhar**, Ed. Record Ltda, 2010, 502 p.

NISKIER, LDB. **A Nova Lei da Educação**, 1997.

PADILHA, P.R, **Diretores Escolares e Gestão Democrática da Escola**, MEC 1998, 67p.

PARO,V.H. **Escritos sobre educação**; São Paulo:Xamã, 2001, 69 p.

SAVIANI, Demerval, **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991,174 p.

SOUZA, Ângelo Ricardo, **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, 17p.

## 5- ANEXO



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO  
ESCOLAR  
PROJETO VIVENCIAL  
TURMA 07  
TEREZINHA MARIA FERREIRA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CRESCER**

**A ESCOLA QUE QUEREMOS**

## **BELO HORIZONTE 2010**

### **Conversa com educadores**

O estudo da gramática não faz poetas. O estudo da harmonia não faz compositores. O estudo da psicologia não faz pessoas equilibradas. O estudo das “ciências da educação” não faz educadores. Educadores não podem ser produzidos. Educadores nascem. O que se pode fazer é ajudá-los a nascer. Para isso eu falo e escrevo: para que eles tenham coragem de nascer. Quero educar os educadores. E isso me dá grande prazer porque não existe coisa mais importante que educar. Pela educação o indivíduo se torna mais apto para viver.

**Rubem Alves**



## SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO -----	PAG. 21 a 23.
1.1 - Significado -----	PAG.21.
1.2 – Seus objetivos -----	PAG.21,22.
1.3 – Nosso PPP -----	PAG.22,23.
2 - FINALIDADES DA ESCOLA -----	PAG. 23,24.
3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL -----	PAG.24,25.
3.1 - Organização administrativa -----	PAG.24,25.
3.2 – Organização Pedagógica -----	PAG.25.
4 - CURRÍCULO -----	PAG.26.
5 - TEMPO ESCOLAR -----	PAG. 27.
6 - PROCESSOS DE DECISÃO -----	PAG. 27,28.
7 - RELAÇÕES DE TRABALHO -----	PAG.28,29.
7.1 -Relação entre a escola e o poder público :A prefeitura de Belo Horizonte -----	PAG. 28,29.
7.2 - Situações de conflito -----	PAG.29.
7.3 - Formação profissional -----	PAG. 29.
8 - AVALIAÇÃO -----	PAG. 30,31.
8.1 – Significado -----	PAG. 30.

8.2 - Avaliação do aluno -----PAG. 30.

8.2.1 - Avaliação interna -----PAG. 30.

8.2.2 - Avaliação externa -----PAG. 30.

8.2.3- - Avaliação da PBH -----PAG.31.

9 - Bibliografia: -----PAG.32.

## **1- INTRODUÇÃO**

A educação varia de acordo com o tempo e o lugar. Ela é exercida de acordo com a sociedade e do sujeito que se quer formar. Diferentes sociedades exercem diferentes tipos de educação. Mas não se pode confundir diferença com desigualdade. Diferença é reconhecer que existem culturas diversas que precisam ser respeitadas. O valor da educação está em seu poder de recriar valores e normas pela diversidade cultural que reconhece e valoriza.

Por outro lado, o educador deve estar atento para não servir como reprodutor de uma cultura que atenda à uma classe ou setor da sociedade, garantindo aos cidadãos uma visão crítica dos mecanismos de manipulação e inculcação sociais.

Aí entra o projeto político pedagógico da escola. A origem das palavras que formam a expressão nos remete para um trabalho consciente e constante.

### **1.1 Significado**

A palavra projeto “vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para a diante”(Veiga, 2001, pg12).

“O termo política é derivado do grego antigo *politeía*, que indicava todos os procedimentos relativos à polis, ou cidade-Estado. Por extensão , poderia significar tanto cidade-Estado, quanto sociedade, comunidade, coletividade...” (Wikipédia – A enciclopédia livre) . Aurélio define a palavra como “indivíduo que exerce ou procura exercer a ... arte e ciência de bem governar”.

A palavra pedagogia tem origem na Grécia antiga, *paidós*(criança e *agogé*(condução).

Um projeto político pedagógico é intencional em suas ações com visão para o futuro, um estado de realidade a que se quer chegar, fazendo do caminho um

exercício de revisão refletida . De ações responsáveis, não se furta de rever procedimentos para que os objetivos e metas definidos no coletivo sejam alcançados. Aponta para uma dinâmica constante, sob o risco que se tornar apenas um documento em si.

## **1.2 – Seus objetivos**

É um instrumento que atende às necessidades do grupo que o elaborou e à legislação educacional no qual se insere. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96) artigos 12 e 13 .

Os dois apontam para a necessidade dos estabelecimentos de ensino, elaborarem seu projeto pedagógico, com participação dos docentes.

Art. 12º- Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de :

I- Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art.13º - Os docentes incumbir-se-ão de:

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14º - Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

E no artigo 14 , com a participação da comunidade escolar – que amplia para a participação de todos interessados na educação.

### 1.3 – Nosso PPP

Como instrumento de reflexão das práticas escolares ele tem a vantagem de ser construído coletivamente. Enquanto documento norteador das práticas educativas, com reflexos da situação política e econômica da sociedade em que se insere, o PPP tem a função de promover as práticas democráticas de participação universal nas definições das ações e da filosofia que as norteará.

É um caminho potencial para a construção da autonomia das unidades escolares. Isto porque, baseado em legislação pertinente (mas com liberdade para discordar de qualquer aspecto abordado) e com a participação do coletivo, a escola poderá – e tenderá – a construir seu próprio caminho. Que atenda à comunidade local em suas expectativas e necessidades e esteja ligado às mudanças globais que, de maneira cada vez mais sutil, interfere na vida do indivíduo. A comunidade escolar poderá refletir, se formar e conhecer para dar novos rumos à sua vida, apontando para a qualidade de vida pessoal, social e ambiental.

A Escola Municipal Viver e Crescer é localizada no Bairro Palmeiras. Inaugurada em 1981, pertencente à Prefeitura de Belo Horizonte, completa no próximo ano 30 anos de serviços educacionais prestados à comunidade.

Começou atendendo alunos de 1ª à 4ª série primária – quando o sistema de ensino era organizado por séries com o ensino fundamental de 8 anos.

A participação da comunidade sempre foi preocupação da direção e funcionários da escola. Com 1 ano de funcionamento já foi organizada a primeira associação de pais, mestres e amigos da escola – a APMA/EMVC. As primeiras atividades realizadas pela associação foi a realização de trabalhos manuais pelas mães dos alunos e cooperação no planejamento e execução de festas e eventos da escola.

Já, em 1985, três anos antes da regulamentação da eleição direta para diretores de escola, a EMVC realizava sua primeira eleição para o cargo.

Hoje, atendemos alunos de educação infantil de 5 anos, EJA e educação fundamental até o 6º ano. São 15 salas de aulas, quadra coberta, 2 laboratórios de informática, biblioteca, cantina, banheiros comuns e adaptados para

educação infantil e inclusão, rampas de acessibilidade, salas de aulas para o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem.

Atendemos a 430 alunos no primeiro turno, 380 no turno da tarde e 226 alunos no noturno, na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Atendemos, ainda à 325 alunos na Escola Integrada, projeto da rede municipal de educação. Visa oferecer aos alunos um tempo estendido de horas na escola com oficinas e atendimento pedagógico.

Historicamente, nossa escola sempre acreditou na participação do coletivo – entendendo esse como toda a comunidade escolar. Durante os planejamentos anuais e projetos mais específicos a equipe preza por uma discussão anterior às decisões e definições finais. Nas instâncias de participação da comunidade, os pais têm oportunidade de se posicionarem e fazer sugestões sobre questões de relevância para a qualidade da educação na nossa . A participação em festa e eventos é muito significativa.

No sentido de atender à nossa comunidade precisamos contar com a participação coletiva nas instâncias organizadas no interior da escola. Só assim, exercitando os mecanismos da gestão democrática, podemos avançar para uma escola autônoma; porque provou ser capaz de gerir suas dificuldades e encaminhar seus projetos rumo à metas e objetivos coerentes com a legislação educacional em vigor; e tendo em vista a qualidade educacional que não desconhece as experiências anteriores e exteriores à escola.

Por isso, a EMVC conta com um colegiado escolar, associação de pais, mestres e amigos da escola, e conselho escolar atuantes. Sabemos que precisamos aumentar a participação da comunidade, mas no momento nosso empenho é fortalecer as instâncias já organizados e caminhar para a criação de novas que surjam da necessidade dos grupos. E que cada um se sinta incluído e responsável pelas ações que propuserem.

A cada reunião de pais – são 4 no ano ordinárias – procuramos fazer uma avaliação da mesma e propor dinâmicas que atraiam os responsáveis e os faça participar. Temos o empenho de que não sejam apenas ouvintes, mas que reflitam com as professoras sobre os resultados apresentados, apontando saídas possíveis.

## 2 - Finalidades da escola

A Conferência Nacional de Educação – 2010 -, indica pontos que “... são imprescindíveis para assegurar, com qualidade, a função social da educação e das instituições educativas, ou seja, a educação inclusiva; diversidade cultural; gestão democrática e o desenvolvimento social; a organização e institucionalização de um Sistema Nacional de Educação, que promova, de forma articulada, em todo país, o regime de colaboração; o financiamento e acompanhamento e o controle social educação; a formação e valorização dos/das trabalhadores/as da educação.”(p.13 – documento final).

Todos nós queremos uma escola de qualidade. A escola tradicional nos mostrou por muitos anos como fazê-la. O salto para uma escola de qualidade social, hoje, é o desafio da EMVC. De uma lado porque o sistema de educação municipal nos direciona, à mais de 10 anos para uma mudança na forma de fazer educação. Por outro, porque percebemos no dia-a-dia escolar que a sociedade demanda uma educação diferente.

Trazer para dentro dos muros da escola os saberes e culturas dos alunos e suas famílias é uma exigência que está no cerne das relações família/escola. É um dever ético de reconhecimento e resgate da contribuição dos grupos que compõem nossa clientela.

As divergências e os desencontros entre professores e pais de alunos ou responsáveis nos colocam numa situação de revermos nossas atitudes e nossas práticas.

Quando deparamos com situações de conflito, o aluno não pode, simplesmente ser afastado da escola carregando, com sua família, o peso de seu fracasso. Nossos alunos entram e permanecem na escola, graças à obrigatoriedade legal das famílias de mantê-los estudando.

A nossa escola opta por não cair no comodismo de acreditar que tudo é culpa da família. Temos um esforço de manter o aluno na escola – e recebemos ajuda de outros segmentos do serviço público – e buscamos cotidianamente a parceria dos pais.

Além disso, procuramos suprir nossos alunos de aulas de reforço nos conteúdos de matemática e língua portuguesa. Com ajuda extra, os alunos ficam mais motivados e confiantes. É uma ação necessária. Hoje, é comum que todos os membros da família trabalhem fora e não sobra muito tempo para cuidar e ajudar os filhos nas tarefas de casa. Como o salário é, muitas vezes, pouco, não têm, também, condições de pagar aulas particulares de reforço.

Outra característica de nossa comunidade, e que precisa ser mudada, com o tempo, é que ainda temos pais e responsáveis que não são alfabetizados, ou que estudaram muito pouco. Adotamos a política de chamarmos esses pais para se matricularem no turno noturno, onde poderão ter aulas de alfabetização e concluir sua formação fundamental.

Os projetos institucionais e de turma/ciclo têm por objetivo criar ambientes para a discussão, com os alunos, de problemas atuais e que afetam a vida da comunidade. Temas como desemprego, saúde, direito do trabalhador e do cidadão e outros são colocados em pauta, observando a maturidade de cada turma. Os temas de interesses globais, também, são colocados para estudo, principalmente os de aspecto da consciência ambiental.

Temos uma relação estreita com a comunidade através de seus representantes. A presidente do Bairro Palmeiras e de outros bairros dos quais temos alunos participam de encontros na escola e contribuem com informações sobre as dificuldades dos moradores.

Nossa biblioteca foi construída pelo OP – Orçamento Participativo – da cidade, num esforço coletivo em que a comunidade nos apoiou. Temos aprendido, com nossa comunidade, sobre o exercício da participação popular para o alcance de objetivos.

Nos atendemos a alunos de um bairro mais carentes, distante da escola, mas que os pais fazem questão que permaneçam aqui. Para esses, a prefeitura fornece ônibus gratuito. E de duas vilas, que são próximas do bairro Palmeiras. S particularidades dessas comunidades é pauta de discussão em sala de aula.

### **3- Estrutura Organizacional**

#### **3.1 - Organização administrativa**

A escola funciona em três turnos:

- a) O primeiro turno, funcionando de 7:00 horas às 11:30 horas com turmas de 1º e 2º ciclos.
- b) O 2º turno, funciona de 13:00 horas às 17:30 horas com turmas de educação infantil (5 anos) e 1º e 2º ciclos até o 5º ano da lógica de 9 anos.
- c) O turno noturno com ensino na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos --alunos de alfabetização e 5º à 8º série – referente ao 6º ao 9º ano do ensino de 9 anos. Os alunos ficam até 3 anos em cada módulo. O acesso é feito pela apresentação de um histórico ou, no caso de alunos que nunca estudaram, a coordenação realiza um teste para classificá-lo numa etapa que lhe seja mais próxima.

Apesar de ter, sempre, recebido, na EJA, alunos com defasagem maior entre idade e escolaridade, observamos que existem muitos alunos com esta defasagem menor e que tiveram de abandonar a escola por algum motivo – emprego, dificuldade de aprendizagem na escola regular e outros. Hoje, voltando à escola, eles demandam uma didática diferente àquela direcionada aos alunos em idade própria. Por isso, o coletivo de professores, acompanhado por um assessor, elaborou um projeto para esses alunos que visava:

- 1) trabalhar os conteúdos programáticos de forma relacionada para não segmentar o aprendizado;
- 2) trabalhando com projetos pedagógicos é possível valorizar o conhecimento anterior dos alunos, levando-os a valorizar a escola e participar do processo de sua aprendizagem;
- 3) trazer para dentro dos muros da escola as diferentes culturas dos alunos, pois eles são oriundos de cidades diferentes do interior de Minas Gerais e de fora do estado.

Para desenvolver os projetos, nos diferentes turnos e alunos que atendem contamos com um número de professores na proporção de 1.5 com relação ao



número de alunos (exceto para a EJA , que trabalho na proporção de 1 professor por turma).

Para apoio pedagógico contamos com 1 supervisora e coordenadoras e na biblioteca temos auxiliares para cada turno. Todos os funcionários, com exceção daqueles de serviços gerais, são funcionários públicos concursados com regime trabalhista estatutário.

Os funcionários para serviços gerais direcionados ao trabalho na cozinha e na limpeza e manutenção da escola – num total de 18 trabalhadores tem vínculos com a escola pelo regime CLT e são contratados pela direção com aprovação dos nomes pelo colegiado escolar.

O prédio da escola conta com 15 salas de aulas, 3 salas de intervenção em língua portuguesa e matemática, biblioteca, cantina, secretaria, salas de informática, sala de vídeo, de coordenação e direção. Todas as salas contam com carteiras individuais e biblioteca de sala de aula.

### **3.2 - Organização pedagógica**

A escola conta com o apoio da regional oeste e da Secretaria Municipal de Educação para suporte pedagógico. As turmas são organizadas de maneira heterogênea para propiciar traças de experiências entre os alunos. Temos calendário de avaliações, de conselho de classe, de intervenção pedagógica e de reunião de pais. A organização é trimestral.

A cada fim de anos organizamos as turmas e distribuimos os professores pelo perfil de cada um para as etapas. No início do ano, após um contato inicial, planejamos os conteúdos que serão trabalhados durante o ano. O monitoramento é feito com a ajuda das acompanhantes pedagógicas. Os projetos para as datas comemorativas são feitos no início do mês.

Para acompanhar o trabalho das professoras nas etapas, realizamos reuniões semanalmente. É o espaço proporcionado para discussão das dificuldades apresentadas e propostas de encaminhamentos.

Além dos parâmetros curriculares, usamos, também, os livros do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) que encaminha à escola livros para uso pelas alunos, para nosso planejamento interno curricular.

#### **4-Currículo**

O currículo é citado na LDB ,remetendo alguma autonomia às escolas. No seu artigo 26 diz:

“Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

A prefeitura de Belo Horizonte, através de acompanhantes pedagógicos e representantes das escolas, elaborou um documento para direcionar o trabalho curricular nas escolas.

As proposições curriculares para o 1º e 2º ciclos na rede municipal de Belo Horizonte, encaminhada às todas as escolas da rede ajuda os profissionais a refletir sobre suas práticas. Outro ponto interessante é que, esse documento, ajuda no monitoramento da aprendizagem dos alunos. Ele não apresenta conteúdos programáticos de áreas de ensino por si só. Aponta habilidade e competências convenientes a cada etapa dos ciclos e os professores têm a liberdade de propor os conteúdos de cada área que ajudarão a desenvolver as habilidades e competências exigidas. Ainda sinaliza para as habilidades que deverão ser introduzidas, trabalhadas , retomadas e consolidadas em cada etapa. Isto deixa todos os envolvidos no processo educacional seguros do ponto em que cada criança se encontra, no seu desenvolvimento cognitivo. Dá, aos professores e gestores, dados para incrementar medidas de intervenção pontuais para cada grupo de alunos.

Entendendo que o currículo escolar deve servir ao cidadão e formar nossas crianças para a participação política e social saudáveis. É importante considerar em que dimensão os conteúdos curriculares serão importantes para a prática do nosso alunos, Todo esforço deve visar ao progresso do aluno como cidadão crítico capaz de intervir em sua realidade.

Se por um momento nos parece já conhecer esse modelo de escola que prepara o aluno para a sociedade em que vai atuar, devemos nos aprofundar nas discussões. A escola tradicional intervira nas políticas educacionais no

sentido de propiciar à população um modelo de comportamento e aprendizados que atendia às classes dominantes. Hoje, precisamos preparar o aluno para dominar os conteúdos e desenvolver habilidades de inclusão social . O aluno torna-se ator de seu processo educacional e demanda práticas que não ignorem sua cultura e suas potencialidades.

Ao elaborar os conteúdos das área de conhecimento que formam o currículo é necessário refletir sobre seu carácter de transformação e tomar alguns cuidados, considerando que: “o exercício de pensar o tempo todo, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para quê, o como, o em favor de quê, de quem, o contra quê, o contra quem são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.” (Freire 200 , p. 102) .

Ao elaborar nosso currículo temos o cuidado de , também nós, educadores (e principalmente nós) o exercício da reflexão sobre os porquês de cada mudança na educação e os interesses por trás de cada proposta. Usar nossa capacidade de pesquisar, de observar e de produzir para usar a prerrogativa dada pela LDB. Podemos flexibilizar o currículo para não permitir que uma camada grande da sociedade, representada em nossos alunos, seja vítima de manipulação. Grandes interesses locais e mundiais não devem ter campo fértil na escola, que trabalha para abrir portas a todos com qualidade social. Qualidade de participação produtiva e consciente.

## **5-Tempo escolar**

A lei 9.394/96, apresenta uma grande inovação que é o fim da seriação nas escolas. Segundo a Lei:

Art. 23(caput) A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.(...)

Na EMPVC, em concordância com a proposta pedagógica de Prefeitura de Belo Horizonte, optou pelo trabalho em ciclos. Acreditamos ser um caminho que aponta para a autonomia da escola.

O planejamento curricular é feito anualmente com o coletivo dos professores e baseado no anterior. As turmas são organizadas de maneira heterogêneas propiciando as trocas de experiências entre alunos diferentes.

Podemos prover ao aluno e à equipe de professoras do ciclo um tempo maior para desenvolver suas propostas e objetivos educacionais. O aluno ganha tempo, sem rompimento de série para aprender e desenvolver as competências indicadas, pelo coletivo, para sua idade. Longe de se basear em arbítrios sem fundamentos, a definição dessas habilidades passa pelo estudo, pelo acompanhamento e redefinição dos caminhos trilhados em função do sucesso do aluno e sua promoção.

Temos, também, o cuidado, de não deixar que os maiores interessados – pais e alunos- conheçam os objetivos para seu ciclo. Dando a eles segurança no que será cobrado para a progressão do educando ao ciclo seguinte.

Também em acordo com a política de PBH, fazemos o monitoramento mensal da frequência dos alunos. Todos que não tiverem frequência igual ou superior a 25% dos dias letivos anuais (de 200 dias) não poderá progredir no ciclo, repetindo a etapa em que não teve frequência suficiente.

Um recurso adotado que pode recuperar o aluno que se encontra fora da faixa de idade de sua etapa é a reclassificação. Ele pode fazer um teste e ser promovido à etapa seguinte, se apresentar aproveitamento suficiente.

## **6- Processos de decisão**

A defesa da educação pública e gratuita se inicia na luta pela escola de qualidade para todos, no final da década de 70. De uma educação centralizada no padrão autoritário de sociedade, se reivindica maior liberdade no interior das escolas.

A escola passou a gerir seus problemas e fazer sua proposta dentro do que acredita ser qualidade educacional. A participação dos segmentos é definitiva para a consolidação da autonomia escolar.

Nossa escola não fugiu à esta tendência. Procuramos chamar os pais e interessados a participarem das decisões que ocorrem no interior da escola.

Hoje, já consolidado, a eleição dos diretores é feita por votação direta, com direito de voto toda a comunidade escolar – professores, funcionários, pais de alunos menores de 16 anos e alunos maiores de 16 podem votar.

Em instâncias ainda incipientes, a comunidade também é convocada para decisões de carácter pedagógico e financeiro da escola.

Temos o colegiado escolar com poder de decisão, respeitados as orientações do sistema a qual pertencemos.

A APMA – Associação de Pais, Mestres e Amigos tem por objetivo conciliar os interesses dos pais com os da escola e do sistema educacional. É um espaço de discussão da escola que nossa comunidade quer para si e dos movimentos possíveis para alcançar seus objetivos. Devemos ter um esforço para consolidar essa instituição para trazer à discussão educacional o maior número possível de interessados na educação de qualidade para todos.

## **7- Relações de trabalho**

### **7.1 -Relação entre a escola e o poder público**

#### **A prefeitura de Belo Horizonte**

Na construção da autonomia, nenhuma escola pode prescindir do apoio da instituição que a mantém. A prefeitura de Belo Horizonte, tanto financeira, como pedagogicamente, tem dado apoio à nossa escola.

Numa relação mais aberta, tem ouvido as nossas colocações e os relatos de nossas práticas. Isto tem sido bom para a segurança de nossos profissionais e para a ação no sentido de uma educação mais consciente. Isso porque os professores se sentem responsáveis pela construção do fazer pedagógico na escola, deixando de lado atitudes de simples crítica.

Somos amparados, também, em questões jurídicas. A prefeitura mantém um escritório de advocacia que nos apóia. Mesmo que esse serviço tenha sido

adotado para proteger a própria prefeitura de processos trabalhistas, acreditamos que poderemos usá-lo para orientações quanto à direitos do funcionário público no exercício de sua função.

### **O governo federal**

O governo federal, através do MEC, tem financiado, também algumas ações em nossa escola. Os fundos financeiros do PDDE –Programa Dinheiro Direto na Escola – nos ajuda a executar projetos de aspecto físico e estrutural e pedagógico, contribuindo para a melhoria na qualidade da educação ofertada. Procuramos garantir que maior parte dos professores participem do processo da elaboração dos projetos que usam estes recursos.

### **O posto de saúde**

Participamos deste o início de 2010 do PSE – Programa Saúde na Escola. É uma iniciativa da prefeitura em parcerias com os postos de saúde. No primeiro momento do programa, todos os nossos alunos passam por uma avaliação física e psicológica inicial, que abrange o exame físico, acompanhamento do calendário de vacinação, exame oftalmológico e dentário. Os alunos são atendidos no posto de saúde, em grupos, semanalmente. Quem necessita de atendimento especializado é encaminhado ao especialista adequado ao seu caso.

### **O conselho tutelar**

O Conselho Tutelar é outro parceiro da escola. Apesar que, na maioria das vezes, nos atende com orientações de procedimentos e encaminhamentos. Sabemos que a intervenção no interior das famílias é complicado e é necessária muita habilidade para não atropelar a autoridade dos responsáveis nas famílias de nossos alunos. O trabalho é cuidadoso e optamos pela orientação aos pais e responsáveis quanto ao cuidado com os filhos.

Nesse aspecto, sabemos que precisamos melhorar muito, pois a violação dos direitos das crianças acontece nos lares de nossos alunos e precisamos trabalhar para que os responsáveis tenham mais consciência de sua responsabilidade no desenvolvimento saudável de nossas crianças. Precisamos estreitar os laços de parceria com esse órgão.

### **A articulação entre os segmentos – papéis de cada um.**

Os papéis dos atores do processo educacional dentro da escola deve ser, ao mesmo tempo, definido e entrosado com todos os segmentos. Isso porque a escola é uma unidade e todos os membros são importantes no sucesso de seu projeto pedagógico.

### **7.2 - Situações de conflito**

Como reuni uma diversidade de indivíduos, a escola não se furta de conflitos. O empenho de nossa direção e coordenadores é de que esses conflitos sejam direcionados para uma construção saudável de caminhos que não nos tirem de nosso propósito principal: o de educar crianças para o exercício da liberdade e contribuintes de uma sociedade melhor para si e para os outros.

Sempre que observamos dificuldades em algum setor, procuramos analisá-lo não nos afastando do foco da educação. Todos os segmentos envolvidos tem direito de fala e sugestão. Procuramos ter registrado as definições para não cairmos em discussões vazias e sem conseqüências para a mudança de práticas.

### **7.3- Formação profissional**

É política da PBH que seus profissionais tenham graduação para trabalhar no nível da educação básica. Assim quase a totalidade dos nossos profissionais tem graduação e muitos têm pós-graduação.

Os profissionais são incentivados a participar de cursos de formação em temas polêmicos ou ainda novos na rede. A formação é oferecida durante o ano letivo em gerências da secretaria da educação para essa finalidade. A escola incentiva essa participação liberando os professores e coordenadores que queiram para participar dos encontros

É preciso critérios para que a saída de professores não tumultue a rotina da escola. Por isso, poderão sair – durante horário de trabalho- aqueles professores que manifestarem desejo e, ainda, estiverem em uma função que tem relação com o assunto da formação.

Além disso, a formação dos professores é motivada por uma política de valorização através do plano de carreira – que compensa, financeiramente, os profissionais que se dedicam à sua formação. Sempre que possível, o professor que participou da formação deverá repassar para os colegas o que foi estudado.

## **8-Avaliação**

### **8.1 - Significado**

Avaliar é mais que apurar o desempenho do aluno. É ser capaz de refletir sobre os resultados alcançados e de quanto nos aproximamos da realização da educação como direito do aluno. A avaliação bem planejada fornece elementos às instituições e sistemas educacionais para ajuste ao projeto pedagógico e formulação de políticas.

Avaliar significa- segundo o [dicionarioinformal.com.br](http://dicionarioinformal.com.br) – calcular, apreciar, estimar.

A avaliação escolar tem sentido quando analisada à luz de reflexão sobre os motivos do fracasso ou não do aluno, do professor, da escola, do sistema. Sob esse ponto de vista podemos usar os dados revelados pelas avaliações em seus diferentes níveis.

### **8.2 - Avaliação do aluno**



### **8.2.1 - Avaliação interna**

Avaliação diagnóstica: a cada início de ano cada equipe de professores realiza uma avaliação para identificar o nível de preparo do aluno para a etapa em que se encontra.

Importante para o planejamento anual, essa avaliação dará subsídios para o professor e sua equipe planejar o ano escolar do aluno. Para isso uma estratégia adequada é preparar o aluno para a avaliação, separando um tempo, no início do ano, para atividades que preparem o aluno para a etapa que está começando.

Avaliação formativa que produz elementos à equipe para a continuação dos trabalhos ou redefinição dos mesmos.

Avaliação normativa, no final dos trimestres, para determinar uma fase do aprendizado.

Nesta fase as professoras avaliam o aluno e planejam uma semana de recuperação paralela com o objetivo de não deixar acumular defasagens que o aluno terá dificuldade de recuperar.

Os alunos têm a cada final de trimestre fazer uma auto-avaliação. É um exercício necessário e importante para implicar o educando em seu processo de aprendizagem.

### **8.2.2 - Avaliação externa**

Nossa escola, como as demais da PBH, participam de avaliações externas propostas pelo SEE- Secretaria Estadual de Educação – e pelo MEC.

O SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica é realizado pelo INEP – desde o início de 1.990. Mede o grau de aprendizagem, a cada 2 anos, dos alunos do 5º ano, 9º ano do ensino fundamental de 9 anos e do 3º ano do ensino média. Nossos alunos são avaliados já há 6 anos (em 2005,2007,2009) com progressivo aumento de suas notas. A nota não é considerada isoladamente do contexto social do aluno. Ele responde, junto com as questões da prova à um questionário sócio-econômico.

Participamos, também, do SIMAV – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública. A cada dois anos nossos alunos de 5º ano e 3º ano (de 9

anos) realizam as provas, que contam também com questionários aos alunos, diretores e professores.

No planejamento semanal de encontro com as professoras, as coordenações, em cada turno, discutem as dificuldades apresentadas.

É prática da escola tratar os desafios pedagógicos de maneira mais imediata. Com isso, os problemas não se acumulam, dando à cada professora maior segurança e tranquilidade para trabalhar.

### **8.2.3 - Avaliação da PBH**

Os alunos de 2º ano (de 9 anos) realizam duas provinhas anuais - no início (para diagnóstico) e no fim do ano (para comparar com os resultados do início do ano).

Podemos com essas avaliações monitorar nossos alunos para elaborar planos e metas de redução de defasagens de aprendizagem.

Por ser uma prática positiva, a EMVC apóia a aplicação dessas provas. Não entendemos que se trata apenas de cumprir uma determinação da rede. Mas é um momento importante pois produz elementos para uma análise e aprimoramento de nossa rotina. Serve para conhecimento e reconhecimento de nossa clientela, a fim de realizar um atendimento de qualidade, que não desconhece o perfil e a necessidade de nossos alunos.

É, também, um exercício de nossa autonomia. Uma vez próximos e participantes ativos do processos de avaliação podemos construir a melhorar a cada dia nosso atendimento, sem distanciar-nos de a qual comunidade atendemos.

Por outro lado, a educação atual coloca o professor na convivência cotidiana com as competências e habilidades. Trabalhando com o aprendizado significativo – no sentido de utilizar o conhecimento prévio do aluno e ainda oferecer novos que o ajudarão a entender e agir na sua realidade- proporcionam ao professor uma intimidade maior com os conteúdos trabalhados. Dando-lhes segurança para o exercício da profissão.

## **Referências Bibliográficas:**

- 1 - BRANDÃO, C R O que é educação, Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996
- 2 - CONAE – 2010 0 p. 13 do documento final
- 3- dicionário informal.com.br
- 4- Freire, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos (Ed. São Paulo 2000)
- 5- LDB – Lei nº 9294/96 – Portal MEC.gov.br/arquivos
- 6- Parâmetros Curriculares Nacionais – vol. 1 – Introdução -1997
- 7- Proposições curriculares de Belo Horizonte – Brasília 1997
- 8- VEIGA, I.P.A.- Projeto Político Pedagógica da Escola: uma construção possível, 23, rd. Campinas: Papyrus, 2001

